



JORNAL DO CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA
ANO 10 · Nº 48 · MAIO/JUNHO DE 2002
EDIÇÃO NACIONAL
234 MIL EXEMPLARES

11 *Entrevista*

Vanor Correia

Ex-secretário de Saúde de Minas Gerais e deputado federal pelo PSDB mineiro, o médico Rafael Guerra é um dos principais aliados da Odontologia no Congresso Nacional. Autor e relator de projetos voltados à saúde bucal, ele defende uma maior integração da Odontologia no Sistema Único de Saúde (SUS).



Por uma nova fiscalização

A fiscalização da prática odontológica passará a contar com a parceria mais constante do poder público. Essa certeza é compartilhada pelos coordenadores e participantes do 2º FISO (Fórum Nacional de Fiscalização do Exercício Profissional da Odontologia), realizado entre os dias 22 e 25 de maio, em Belo Horizonte, que contou com cerca de 500 cirurgiões-dentistas, entre dirigentes de conselhos regionais, ABOs, sindicatos, da ABO Nacional, Academia Brasileira de Odontologia (AcBO), Abeno (Associação Brasileira de Ensino Odontológico), Federação Interestadual dos Odontologistas (FIO) e Federação Nacional dos Odontologistas (FNO), além dos advogados dos conselhos.

Para o presidente do CRO-MG e da Comissão Organizadora do evento, Arnaldo Garrocho, “a grande conquista é o fato de estarmos desenhando o novo perfil da fiscalização.” Para o presidente da Comissão Executiva do fórum, o tesoureiro do CFO Lester Pontes de Menezes, “o principal objetivo, a troca de experiências, foi plenamente alcançado”. O relator-geral do 2º FISO, o vice-presidente do CFO Ailton Diogo Rodrigues, destacou a força da democracia. A tese votada no evento, que defende maior parceria dos CROs com o Poder Público, aguarda normatização do CFO, mas já está disponível na internet.

Compareceram à noite de abertura o senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), deputado federal Rafael Guerra (PSDB-MG) e a deputada estadual Elbe Brandão (PSDB-MG).

Páginas 2, 5, 6, 7 e 8.



Abertura do 2º FISO: senador Juvêncio da Fonseca, pres. CFO, Miguel Nobre, deputado federal Rafael Guerra, pres. ABO Nacional, Henrique Teitelbaum, pres. FIO, José Carrizo Brom, pres. CRO-MG, Arnaldo Garrocho, tesoureiro CFO, Lester de Menezes, secretário-geral CFO, Marcos Santana, e diretor executivo CFO, Márcio Coimbra

3 *Convênio*

CFO firma acordo na área de seguro de acidentes pessoais

4 *3ª Conpa*

Brasília sediará 3ª Conferência Nacional das Profissões Auxiliares

5 *Foco parlamentar*

Acompanhe as últimas ações os projetos de lei da saúde bucal



Fiscalizar é prevenir

Dr. Miguel Nobre
Presidente do CFO

Tudo na vida evolui, ainda que tenhamos a sensação, às vezes, de que as coisas permaneçam no mesmo lugar por um tempo indefinido. Vejamos a nossa profissão: da pura e simples extração, passamos para a fase curativa/restauradora até que, nas últimas décadas, aceleramos o aperfeiçoamento de técnicas voltadas para a prevenção/preservação do elemento dentário.

Como era inevitável, esta nova postura na área acadêmica e profissional, com uma Odontologia cada vez mais social e promotora de saúde, se refletiu também, nos últimos anos, na atuação dos Conselhos de Odontologia. Pois o que temos notado é uma passagem, lenta e gradual, de um Conselho de caráter punitivo – cujo alvo quase exclusivo era o falso profissional – para uma autarquia mais interessada em prevenir e informar, mais atenta a diversos outros aspectos da fiscalização odontológica, que antes eram colocados em segundo plano.

Durante o 2º FISO (Fórum Nacional de Fiscalização do Exercício Profissional da Odontologia), realizado entre 22 e 25 de maio, em Belo Horizonte, toda a classe odontológica teve a oportunidade de conhecer as experiências de cada estado nessa área. Mas, provavelmente, a grande novidade do evento tenha sido a aprovação, por unanimidade, de um indica-

tivo de ação voltado para a parceria com o Poder Público. Além disso, o que podemos concluir daqueles três dias de palestras, painéis, debates e votações, é que a classe odontológica está cada dia mais consciente da necessidade de padronizar, em todo o Brasil, a fiscalização da prática odontológica. Em resumo: todos concordam que os Conselhos devem atuar mais integrados entre si e com órgãos públicos como Ministério Público, Vigilância Sanitária e Secretarias de Segurança Pública. Afinal, o exercício ilegal da Odontologia é crime que prejudica não só os cirurgiões-dentistas como toda a sociedade.

Aos poucos, o conceito de fiscalização vai ganhando um novo perfil. Da mesma forma que as técnicas odontológicas deixaram de ser predominantemente curativas para dar lugar à prevenção, a fiscalização, hoje, deve ser menos punitiva e mais preventiva. E sobretudo, mais parceira dos órgãos públicos que são, de fato, os responsáveis pela ordem pública. Nosso dever tem que ser, principalmente, o de informar, denunciar. Fiscalizar, afinal de contas, é prevenir. Prevenir a sociedade do ilegal, mas também do mau profissional, do plano de saúde caçaníquel, da propaganda enganosa, do medicamento mal prescrito. Eis a nossa função primordial.

FALE COM O PRESIDENTE DO CFO
presidente@cfo.org.br



Av. Nilo Peçanha,
50 - Grupo 2316
CEP 20044-900
Rio de Janeiro/ RJ

Tels: (21) 2262-0369 e 2262-0419
Fax: (21) 2262-4681 e 2524-0042
E-mail: cfo@cfo.org.br
Site: www.cfo.org.br

Sede no DF: SHC-AO-Sul-EA-02/08-
Lote 05 - Ed. Terraço Shopping,
Torre A/sala 207 - Bairro Otogonal
CEP 70660-020 - Brasília
Distrito Federal
Telefone: (61) 234-9909
Editor e Jornalista Responsável:
Marcelo Pinto (MTb 19936)
Sol Comunicações Ltda.
(jornal@cfo.org.br)

Projeto Gráfico e Edição de Arte:
Metara Comunicação Visual
(estudiometara@terra.com.br)

Assessoria, Divulgação e Publicidade
Roberto Fonseca - (21) 9965-2617
Perfil Impresso Assessoria e
Planejamento Gráfico Ltda.

NOTAS

Saúde banguela

Durante o 2º FISO, o cirurgião-dentista Sylvio Gevaerd, consultor da Agência Nacional de Saúde Suplementar, falou sobre um tema caro (literalmente) para a Odontologia: planos de saúde. Segundo dados da ANS, dos 40 milhões de usuários de planos de saúde no país somente 2,5 milhões utilizam os planos odontológicos.

Salu no Diário Oficial da União

Agora é oficial. Foi publicada no Diário Oficial da União, edição de 28 de maio (seção I, páginas 148 e 149), a Resolução CFO 25/2002 que estabelece as áreas de competência dos especialistas das cinco especialidades aprovadas durante a 2ª ANEO: Disfunção Têmporo-Mandi-

bular e Dor Orofacial; Odontogeriatría; Odontologia do Trabalho; Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais, e Ortopedia Funcional dos Maxilares.

O texto integral está disponível no site do CFO (www.cfo.org.br), seção "Download".

Superexploração

Ao falar sobre os lucros que os planos de saúde gostam tanto de auferir às custas dos cirurgiões-dentistas, o presidente do CRO-CE, Moacir Tavares Filho, fez a seguinte declaração, durante seu painel sobre "Experiências de fiscalização nos CROs", apresentado no 2º FISO. "A lógica do capital não permite a pouca exploração. O problema é que na fase atual do capitalismo vivemos a superexploração."

SUA OPINIÃO

O CFO perguntou na edição passada: **"O Código de Ética Odontológica precisa ser alterado?"** Veja a resposta da classe:



Sim > 85,52% Não > 14,37%

O CFO quer sua opinião na próxima edição: **"VOCÊ É A FAVOR DA REGULAMENTAÇÃO DAS PROFISSÕES DE THD E ACD?"**

Participe: www.cfo.org.br

DIRETORIA

Presidente

Miguel Álvaro Santiago Nobre
(Rio Grande do Sul)
E-mail: presidente@cfo.org.br

Vice-Presidente

Ailton Diogo Morilhas Rodrigues
(Mato Grosso do Sul)
E-mail: vice-presidente@cfo.org.br

Secretário-Geral

Marcos Luis M. de Santana (Sergipe)
E-mail: secretario@cfo.org.br

Tesoureiro

Lester Pontes de Menezes (Rondônia)
E-mail: tesoureiro@cfo.org.br

Conselheiros Efetivos

Emanuel Dias de Oliveira e Silva
(emanuel@cfo.org.br · Pernambuco)
Ivon Corrêgio de Figueiredo Sucasas

(ivonsucasas@cfo.org.br · São Paulo);
Mário Ferraro Tourinho Filho
(marioferraro@cfo.org.br · Bahia)
Roberto Eluard da Veiga Cavali
(robertocavali@cfo.org · Paraná);
Rutílio Caldas Pessanha
(rutiliopessanha@cfo.org.br · Rio de Janeiro)

Conselheiros Suplentes

Benício Paiva Mesquita (Ceará);
Elphego Wanderley de Souza Júnior
(Piauí);
Hildeberto Cordeiro Lins (Alagoas);
Irma Neuma Coutinho Ramos
(Paraíba);
Maria Izabel de Souza Ávila Ramos
(Amapá);
Messias Gambôa de Melo (Pará);
Norberto Francisco Lubiana

(Espírito Santo);
Selene Machado Costa Guedes
(Amazonas);
Wilson Antônio Steinwandter
(Santa Catarina);
Assessor Especial
Jacques Narcisse Henri Duval
(São Paulo)

Comissão Editorial do Jornal do CFO

Presidente: Clemente Galvão Neto
Coordenador Geral:

Ailton Diogo Morilhas Rodrigues
Membros: Irma Neuma C. Ramos;
Norberto Francisco Lubiana
Sugestões e colaborações para o Jornal do CFO
E-mail: jornal@cfo.org.br

Assegurando o futuro

Foto: Vanor Correia

O Conselho Federal de Odontologia acaba de firmar com a empresa Nationwide Marítima Vida e Previdência e o Mondeos Clube um acordo que promete garantir o futuro dos profissionais liberais da Odontologia. Valendo ressaltar que, nesse caso, "garantir o futuro" significa muito mais do que um mero slogan.

De acordo com o convênio, assinado pelo presidente do CFO, Miguel Nobre, com a Nationwide e o Grupo Mondeos, o cirurgião-dentista poderá, a partir de julho, contratar um Seguro de Acidentes Pessoais sob condições realmente vantajosas. Para começar, independente do valor do seguro contratado, o CD terá direito a dois meses de gratuidade no valor de R\$ 20 mil. Mas o convênio firmado pelo CFO reserva ainda um diferencial exclusivo. Graças à participação do Grupo Mondeos, parte da mensalidade do seguro paga a Nationwide se transformará, automaticamente, em crédito do cirurgião-dentista junto ao CFO. Em detalhes, isso significa que enquanto o CD mantiver o seguro ele estará acumulando uma bonificação, que será abatida de sua anuidade paga ao CRO – bastando calcular, até o final do ano, a soma dos bônus em reais.

Acordo prevê pesquisa sobre perfil do CD

“O convênio foi a forma encontrada pelo CFO de facilitar a vida financeira do colega e ao mesmo tempo garantir-lhe segurança. A possibilidade de o cirurgião-dentista seguro abater da anuidade o total da bonificação calculada sobre a mensalidade do seguro reduzirá sensivelmente a inadimplência nos CROs, o que, acreditamos, será bom para



O presidente do CFO assina o termo do convênio, observado pelos representantes da Nationwide e Grupo Mondeos

todo mundo”, raciocina o tesoureiro do Conselho Federal de Odontologia, Lester Pontes de Menezes. O tesoureiro do CFO destaca ainda outro item da parceria, que, na sua opinião, garantirá à classe um motivo a mais para comemorar. Segundo o acordo, a Nationwide se prontifica a copatrocinar a pesquisa nacional sobre o perfil do profissional de Odontologia, prevista para começar em setembro. Este levantamento inédito é um dos compromissos assumidos pelo CFO na última Reunião das Entidades Nacionais de Odontologia, realizada no fim do ano passado em Brasília. Seu objetivo será auxiliar, primeiramente, a ação das instituições odontológicas e das secretarias de saúde em todo o Brasil.

Credibilidade e tradição

Credibilidade e tradição em honrar compromissos são algumas das credenciais buscadas pelo CFO e que a Nationwide traz na bagagem. Quarta maior seguradora dos EUA, em apenas três anos ela já possui no Brasil 550 mil clientes e 74 sucursais

distribuídas pelas principais regiões do país. Entre seus clientes, incluem-se a indústria farmacêutica Glaxo SmithKlein, Infoglobo, OAB-RJ, CREA-MG e CRA-RJ, entre outros. Em todo o mundo, seus ativos somam hoje cerca de US\$ 300 bilhões administrados.

Nelson Paiva, gerente de Novos Negócios da Nationwide, afirma que o Seguro de Acidentes Pessoais é só o primeiro de uma série de produtos que deverão ser oferecidos aos profissionais inscritos nos CROs. “O CFO desenvolve um trabalho muito sério para com os seus inscritos, que é defender e valorizar a classe. O que todo profissional liberal procura é segurança para desenvolver seu trabalho, garantindo a tranquilidade da sua família, no caso de um imprevisto. Esse é um dos compromissos da Nationwide”, afirma Nelson, ao que Ubiratã Carnaúba, diretor do Grupo Mondeos, acrescenta: “Costumamos dizer que custa muito pouco manter a sua tranquilidade. Em relação aos cirurgiões-dentistas, acreditamos que vai custar menos ainda”.

Outras ações do CFO

Antes de firmar o convênio com a Nationwide e o Grupo Mondeos, através do qual os profissionais de Odontologia poderão adquirir um Seguro de Acidentes Pessoais em condições privilegiadas, o CFO já havia selado outras parcerias na mesma linha de ação. Como foi divulgado na última edição do Jornal do CFO, através de anúncio em sua última página, uma parceria assinada com a Unimed Nacional garante aos profissionais de todo o país, incluindo seus dependentes, carência zero e preços exclusivos.

Além da Unimed, a Sul América Seguros também assinou recentemente com o CFO um acordo que garante condições especiais a todos os profissionais inscritos nos Conselhos Regionais de Odontologia.

“Em breve, a diretoria deverá acertar os últimos detalhes de um convênio na área de seguro de responsabilidade civil, que protege cirurgiões-dentistas de possíveis indenizações”, antecipa o chefe do Setor Financeiro do CFO, Kleber de Haussman Vidal.

MAPA DA ODONTOLOGIA

Veja a relação CD/habitante, o número de faculdades e de vagas/ano em todo o Brasil

<p>▶ Acre Relação CD/habitante: 1/2343 Não há curso</p>	<p>▶ Pernambuco Relação CD/habitante: 1/1643 Cursos: 3</p>
<p>▶ Alagoas Relação CD/habitante: 1/1902 Cursos: 2</p>	<p>▶ Piauí Relação CD/habitante: 1/2237 Cursos: 4</p>
<p>▶ Amapá Relação CD/habitante: 1/2927 Não há cursos</p>	<p>▶ Paraná Relação CD/habitante: 1/909 Cursos: 11 · Vagas: 772</p>
<p>▶ Amazonas Relação CD/habitante: 1/2480 Cursos: 5</p>	<p>▶ Rio de Janeiro Relação CD/habitante: 1/678 Cursos: 18</p>
<p>▶ Bahia Relação CD/habitante: 1/2527 Cursos: 4</p>	<p>▶ Rondônia Relação CD/habitante: 1/2355 Cursos: 1</p>
<p>▶ Ceará Relação CD/habitante: 1/2267 Cursos: 2</p>	<p>▶ Roraima Relação CD/habitante: 1/1978 Não há faculdade</p>
<p>▶ Distrito Federal Relação CD/habitante: 1/510 Cursos: 4</p>	<p>▶ Rio Grande do Norte Relação CD/habitante: 1/1504 Cursos: 2</p>
<p>▶ Espírito Santo Relação CD/habitante: 1/1025 Cursos: 2</p>	<p>▶ Rio Grande do Sul Relação CD/habitante: 1/1005 Cursos: 9</p>
<p>▶ Goias Relação CD/habitante: 1/973 Cursos: 3</p>	<p>▶ Santa Catarina Relação CD/habitante: 1/1033 Cursos: 7</p>
<p>▶ Maranhão Relação CD/habitante: 1/4482 Cursos: 2</p>	<p>▶ Sergipe Relação CD/habitante: 1/1849 Cursos: 2</p>
<p>▶ Minas Gerais Relação CD/habitante: 1/791 Cursos: 13</p>	<p>▶ São Paulo Relação CD/habitante: 1/600 Cursos: 46</p>
<p>▶ Mato Grosso do Sul Relação CD/habitante: 1/938 Cursos: 2</p>	<p>▶ Tocantins Relação CD/habitante: 1/1769 Não há curso</p>
<p>▶ Mato Grosso Relação CD/habitante: 1/1316 Cursos: 2</p>	<p>▶ BRASIL Relação CD/habitante: 1/968 Cursos: 148</p>
<p>▶ Pará Relação CD/habitante: 1/2915 Cursos: 2</p>	
<p>▶ Paraíba Relação CD/habitante: 1/1440 Cursos: 2</p>	

Dados atualizados em junho/2002
(Fonte: CFO, CROs, MEC e IBGE).

Profissões auxiliares em pauta

Em setembro, CFO e CROs estarão reunidos na 3ª Conferência Nacional das Profissões Auxiliares, em Brasília, para discutir realidade destas categorias.

Em conjunto com o CFO, o CRO-DF está organizando a 3ª CONPA, que ocorrerá entre os dias 18 e 20 de setembro, em Brasília. Durante o encontro, que terá caráter apenas consultivo, será discutida a realidade das profissões auxiliares no Brasil, abordando seus aspectos históricos e perspectivas futuras. Entre Técnicos em Prótese Dentária (TPDs), Técnicos em Higiene Dental (THDs), Atendentes de Consultório Dentário (ACDs) e Auxiliares em Prótese Dentária (APDs) há cerca de 50 mil profissionais no país e a 3ª CONPA será uma excelente oportunidade para a troca de experiências e o planejamento de ações conjuntas.

De acordo com o presidente do CRO-DF, Orlando Airton de Toledo, os THDs, por exemplo, “estão buscando a regulamentação da profissão e levarão este projeto à conferência para conquistar o apoio dos colegas de categoria”. Nesta luta, os THDs, ao lado dos ACDs, estão dando grandes passos. Durante o 2º FISO (Fórum Nacional de Fiscalização do Exercício Profissional da Odontologia), foi eleita como primeira proposta da tese central “uma ação política da classe odontológica no sentido de se obter junto ao Congresso Nacional a regulamentação das profissões de THD e ACD”.

Já os TPDs têm a profissão regulamentada desde 5 de novembro de 1979, através da Lei 6710. No Rio de Janeiro eles representam um exem-



plo de organização entre as profissões auxiliares e seu sindicato trabalha em conjunto com duas outras entidades: a Associação Brasileira de Prótese Dentária e a Associação dos TPDs do Rio de Janeiro. Através do sindicato, os TPDs estão organizando o IX Congresso Nacional de Prótese Dentária, que precederá a 3ª CONPA. Durante o congresso, serão discutidos assuntos nacionais de interesse da categoria e haverá um simpósio sobre a formulação do curso superior de prótese dentária. Ainda neste encontro, que ocorre no fim de julho, no Rio de Janeiro, um documento será redigido com questões a serem apresentadas na plenária da CONPA.

Para o presidente do Sindicato dos TPDs do Rio de Janeiro, Agostinho Fernandes, “é muito importante que eventos como a 3ª CONPA sejam organizados pelas autarquias da categoria, uma vez que mostram que há uma preocupação dos órgãos de fiscalização em saber o que os profissionais auxiliares pensam e pretendem do CFO e dos CROs”. Ele ressalta ainda que, como havia sido proposto na 2ª CONPA, em 1993, a “conferência deveria ocorrer de dois em dois anos por trazer discussões que buscam sempre o engrandecimento da classe”.

ANA MARIA FREITAS

Ao assinar um contrato de convênio, verifique se a empresa está cadastrada em seu CRO

Moacir Tavares Martins Filho, pres. CRO-CE

Sua oratória, lapidada em anos de liderança estudantil e de magistério, é admirada entre seus colegas de todo o Brasil. Destaque do 2º FISO, realizado em maio, em BH, o presidente do CRO-Ceará, Moacir Tavares Filho, faz da Odontologia sua profissão de fé. Ex-presidente da União Nacional dos Estudantes de Odontologia e professor de Odontologia Preventiva e Social da UFC, este mestre em Saúde Pública divide seu tempo entre as aulas e o trabalho à frente do CRO de seu estado.



Quem participou do 2º FISO ficou com a impressão de que a categoria terá, daqui para frente, uma visão mais abrangente da fiscalização. O sr. concorda?

Acredito que o 2º FISO não deva ser entendido com um momento de conclusão, mas como um momento inicial. O marco histórico que vivemos hoje é muito diferente do de 10, 20 anos atrás, daí a grande valia do 2º FISO, como um diagnóstico nacional da fiscalização. A realidade que se apresentou em Belo Horizonte abrange todos os novos aspectos da prática odontológica, ampliando as ações de fiscalização para muito além do combate ao falso profissional.

Afinal, a tese votada pelos participantes projetará uma ação mais integrada entre os conselhos?

É cedo para falar em ampla e completa uniformização dos procedimentos entre os Conselhos Regionais, pois além do 2º FISO ser um marco inicial, existem diferenças gritantes se considerarmos as Regiões de nosso país. A despeito disso, acredito ser urgente a uniformidade dos nossos documentos (notificações, auto de infração, citação) bem como um indicativo nacional de busca de apoios institucionais como o

Ministério Público e a Vigilância Sanitária, para citar alguns, sem os quais é impossível a realização de uma fiscalização satisfatória. Congruente com tal pensamento, julgo ser urgente a formação de uma força-tarefa, com representação regional e outra do CFO, que contribua para tais eventos unificatórios.

Fale sobre a experiência de fiscalização do CRO-CE.

O combate ao falso profissional é um caminho já definido. Podemos afirmar que visitas a promotores de várias cidades foram por demais significativas, a fim de alertar as autoridades para o grave problema do falso profissional.

Os caminhos que buscamos dizem respeito às novas formas de prática odontológica, principalmente no que chamamos de "Odontologia Empresarial", além do rigor de fiscalizar a responsabilidade técnica associada à boa qualidade do serviço prestado ao usuário, em todos os itens da prática odontológica.

Durante o fórum, o sr. participou do painel sobre "Experiências de fiscalização dos CROs", representando os Conselhos do Nordeste. Que saldo tira deste encontro?

Neste painel descortinaram-se tanto os problemas em comum como as especificidades regionais, indicando a necessidade de a fiscalização ser unificada pelo CFO, face às enormes atribuições que a autarquia define. Julgo que o saldo positivo do painel é a possibilidade de uniformização de vários procedimentos já consagrados pelo fazer cotidiano e, na outra ponta, a eleição de algumas experiências de êxito, como a do Rio Grande do Sul, visando a aplicação em todo o país.

Alcione Maracajá Beltrão, pres. do CRO-PB

Em sua quarta gestão como presidente do CRO-Paraíba, a Dra. Alcione Maracajá Beltrão ainda comemora as conquistas obtidas por sua diretoria e que abrangem a realização de cursos, interligação ao CFO (via rede informatizada), construção de um moderno auditório na sede central, além de ampla reforma na delegacia de Campina Grande.



prefeituras paraibanas nessa área?

Sabemos da importância do Programa de Saúde da Família e temos nos colocado à disposição dos prefeitos paraibanos para discutirmos a implantação do programa. Nesses contatos com as autoridades municipais enfatizamos a necessidade do Poder Público dar o atendimento à saúde como um todo, sensibilizando-as para que contratem o cirurgião-dentista e atendente de consultório dentário pagando salários dignos.

No plano federal, a classe odontológica vive um momento positivo em relação ao Legislativo. E na Paraíba, como tem sido o trabalho de aproximação com a classe política? O CRO-PB apoiará candidatos nas eleições deste ano?

Sempre que entendemos ser necessário buscar apoio junto aos nossos parlamentares, nós o fazemos. Mas nós não apoiamos nenhum candidato, até porque não temos candidato próprio da classe.

Que ações de sua diretoria a sra. destacaria?

Nossas ações foram dirigidas, especialmente, para a valorização do cirurgião-dentista e da nossa profissão com a intensificação da educação continuada, através da realização de cursos direcionados para o clínico. No campo administrativo, destacamos a informatização, com a interligação ao CFO; a construção de um moderno e amplo auditório com capacidade para 300 pessoas na sede do Conselho, em João Pessoa. Destacamos ainda a reforma do prédio da Delegacia, em Campina Grande, e a construção de um auditório.

Ao montar uma unidade móvel de atendimento em João Pessoa e Campina Grande, no dia 25/10 (Dia do CD), o CRO-PB revelou-se um dos conselhos mais integrados à Ação Nacional de Prevenção ao Câncer de Boca. Que outras atividades preventivas o CRO vem desenvolvendo no estado?

O CRO-PB vem difundindo, de todas as maneiras possíveis, as informações sobre prevenção, não só do câncer de boca, mas também da prevenção de cárie. Isto através de entrevistas aos meios de comunicação e do apoio das secretarias de saúde do Estado e dos municípios. Também contamos com o apoio da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) para os trabalhos educativos e preventivos.

Em 2001, o Nordeste foi o campeão em número de equipes de saúde bucal implementadas no Programa de Saúde da Família, com 1227 ESBS (54,5% do total). O que o CRO tem feito para sensibilizar as

2º FISO traça novo

Washington Alves

Parlamentares, lideranças nacionais da Odontologia e cerca de 500 cirurgiões-dentistas se reúnem em evento que já é considerado um marco na fiscalização.

A fiscalização da prática odontológica não será a mesma depois do 2º FISO (Fórum Nacional de Fiscalização do Exercício Profissional da Odontologia), realizado entre os dias 22 e 25 de maio em Belo Horizonte. Essa certeza é partilhada por todos os coordenadores e participantes do fórum, que contou com cerca de 500 cirurgiões-dentistas, entre dirigentes de conselhos regionais, ABOs, sindicatos, da ABO Nacional, Academia Brasileira de Odontologia (AcBO), Abeno (Associação Brasileira de Ensino Odontológico), Federação Interestadual dos Odontologistas (FIO) e Federação Nacional dos Odontologistas (FNO), além dos advogados dos conselhos. Para o presidente do CRO-MG e da Comissão Organizadora do evento, Arnaldo Garrocho, “a grande conquista é

o fato de estarmos desenhando o novo perfil da fiscalização.”

Após a discussão de diversos aspectos da fiscalização, através de palestras, painéis e debates, os participantes se reuniram, no último dia, em cinco grupos de trabalho, e em seguida na plenária final, para votar a tese central do evento. O documento, que aborda tópicos como “Le-

gislação, “Convênios entre CRO, Ministério Público e Vigilância Sanitária”, “Planos de saúde”, “Propaganda”, “Campanhas de educação e treinamento”, “Padronização de ações”, “Poder de polícia” e “Fiscalização e biossegurança em parceria com a Vigilância Sanitária”, deverá passar pela revisão de uma comissão eleita pelo CFO antes de re-

ceber o texto definitivo. Mas antes de sua normatização, a tese votada no 2º FISO já está servindo de bússola para uma ação mais integrada, tanto entre os CROs como entre CROs e órgãos públicos como Vigilância Sanitária, Ministério Público e Polícia. Não por acaso, entres os pontos eleitos por unanimidade, estão: 1) Os CROs deverão formali-



Plenária final: as votações indicaram novos caminhos para a fiscalização em Odontologia

Experiências de fiscalização dos CROs

Washington Alves



Presidentes dos CROs em debate. Ao microfone, o pres. CRO-AC, Cleber Ronald dos Santos

Um dos painéis mais concorridos foi o que reuniu cinco presidentes de CROs, cada um representando uma Região do país, sob o mote “Experiências de fiscalização dos Conselhos Regionais”. Enquanto o presidente do CRO-RJ, Outair Bastazini, defendeu uma atuação firme, ainda que “educada e respeitosa”, sobre os acadêmicos que atuam ilegalmente em clínicas integradas, Moacir Tavares Filho, presidente do CRO-CE, denunciou outro tipo de crime que deve ser

fiscalizado com rigor: o “paitrocínio”, quando o pai paga para o filho acadêmico fazer cursos de especialização ou aperfeiçoamento. “Além de ser uma deformidade, é ilegal”, alertou. A íntegra destes painéis, que incluem os apresentados pelos presidentes dos CROs de Goiás, Henrique César de Oliveira, do Acre, Cleber Ronald dos Santos, e do Rio Grande do Sul, Bem Hur Godolphim, está disponível na internet: www.fiso.mg.com.br

perfil da fiscalização

zar acordos de cooperação com as coordenações da Vigilância Sanitária, Ministério Público, Delegacias do Consumidor e de Polícia para o combate ao exercício ilegal da Odontologia; e 2) Unificação dos convênios entre Ministério Público, CROs e Vigilâncias Sanitárias.

A íntegra da tese central está disponível no site www.cfo.org.br.

Fiscalização padronizada

Além de seu documento conter vários itens votados por unanimidade, o 2º FISO também foi avaliado unanimemente como um marco na profissão. “O principal objetivo do encontro, a troca de experiências, foi plenamente alcançado”, acredita o presidente da Comissão Executiva do 2º FISO, o tesoureiro do CFO Lester Pontes de Menezes. “Antes, cada CRO tinha um sistema de fiscalização próprio. Agora, com a normatização, a fiscalização será muito mais eficaz. Com essa padronização, as campanhas de esclarecimento terão uma garantia a mais de sucesso.”

O relator-geral do fórum, o vice-presidente do CFO Ailton Diogo Rodrigues, destacou a força da democracia demonstrada pela classe. “Todas as propostas foram discutidas e votadas por todas as entidades odontológicas nacionais”, relata.

Parlamentares e lideranças nacionais participam da abertura

O 2º FISO, que foi transmitido on-line para todo o Brasil através da página do CFO na internet, contou, na noite de abertura, com a presença de lideranças nacionais da Odontologia e do Legislativo. Além do senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), do deputado federal Rafael Guerra (PSDB-MG) e da deputada estadual Elbe Brandão (PSDB), compuseram a mesa o presidente do CFO, Miguel Nobre, o presidente da ABO Nacional, Henrique Teitelbaum, o presidente da FIO, José Carrijo

Brom, o presidente da FNO, Fernando Gueiros, o presidente da AcBO, Placidino Brigagão, o vice-presidente do CFO, Ailton Diogo Rodrigues, o secretário-geral, Marcos Santana, e o tesoureiro, Lester Pontes de Menezes.

“Função primordial dos Conselhos”

No pronunciamento inicial, o presidente do CFO, Miguel Nobre, fez uma corajosa autocrítica, afirmando que considera “constrangedor” para a classe o fato de, com 38 anos de existência, os Conselhos de Odontologia terem realizado somente dois fóruns para discutir os rumos da fiscalização. “Ainda mais se pensarmos que esta é a função primordial dos Conselhos”, enfatizou. O presidente do CFO observou que há muito o que fiscalizar, citando, como exemplo, o acordo feito recentemente entre o Conselho Federal e a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) na área de fiscalização de medicamentos. Em seguida, repetiu o que vem afirmando em todos os encontros da Odontologia: a importância das entidades representativas da classe agirem unidas, dividindo tarefas sem se deixar dividir pela vaidade. “O meu lema é a Odontologia de todos para todos”, resumiu, sob aplausos.

Homenagem a Tiradentes

O evento foi encerrado oficialmente no sábado dia 25, em Ouro Preto, com o descerramento de uma placa em homenagem a Tiradentes – no endereço onde morou o patrono da Odontologia – e a colocação de uma coroa de flores no túmulo simbólico de Joaquim José da Silva Xavier, no Museu da Inconfidência, diante de cerca de 100 cirurgiões-dentistas. A breve cerimônia contou ainda com a palestra do Dr. Cyro Gomide Loures, de Minas Gerais, sobre a vida do patrono da Odontologia. O CFO agradece a colaboração e patrocínio recebidos da Oral-B, TAM e Varig, na realização do 2º FISO.

“Fiscais” no Legislativo

Washington Alves



Deputada estadual Elbe Brandão, deputado federal Rafael Guerra, presidente do CFO, Miguel Nobre, e o senador Juvêncio da Fonseca

Os parlamentares convidados para a abertura do 2º FISO, na noite de 22 de maio, ressaltaram a importância de os Conselhos de Odontologia buscarem parcerias com o poder público, envolvendo a sociedade numa espécie de fiscalização da ética.

O senador Juvêncio da Fonseca afirmou que “a ética, antes de tudo, se funda no cumprimento da lei”, concluindo que “não há ética sem sociedade civil organizada”. Segundo ele, o Brasil vive um momento de transição e amadurecimento da cidadania “que passa pela ética”. Mesmo reconhecendo que ainda falta ao país a “democratização do capital”, o senador lembrou dos avanços evidenciados pelo censo 2000 do IBGE, como o aumento da expectativa de vida do brasileiro, a queda da mortalidade infantil e o número elevado de alunos matriculados nas escolas.

Representando a Assembléia Legislativa do estado, a deputada estadual Elbe Brandão deu as boas vindas aos cirurgiões-dentistas, “em nome do Poder Legislativo de Minas Gerais”. Para ela, que é casada com um cirurgião-dentista, “a Odontologia precisa investir mais na parceria com o poder público.” “A inclusão social precisa nortear o exercício profissional”, afirmou, para em seguida mostrar-se solidária com uma das questões que mais afligem a classe: “Os planos de saúde só querem sugar dos profissionais de Odontologia. Espero que esse fórum discuta isso.”

Já o ex-secretário de Saúde de Minas Gerais e deputado Rafael Guerra – que também representava o presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves – exaltou o empenho do CFO em qualificar a fiscalização profissional, além de destacar a importância de os CROs atuarem em sintonia nessa área.

Diante dos parlamentares, o presidente do CFO defendeu mais uma vez a parceria da Odontologia com o Legislativo, destacando os projetos de lei favoráveis à saúde bucal aprovados recentemente e o respeito e credibilidade que a categoria possui hoje junto ao Congresso Nacional.

Dia a dia da política

O Conselho Federal de Odontologia vem amadurecendo a cada dia sua relação com a classe política. Provas disso não faltam, a começar pela aprovação da Emenda Constitucional do duplo vínculo empregatício no serviço público para cirurgiões-dentistas.

A diretoria da autarquia não tem medido esforços para estreitar os laços com os três poderes. No dia 15/05, o CFO promoveu uma reunião com cerca de 20 deputados da Frente Parlamentar da Saúde, que se comprometeram a atuar pelos projetos de interesse do setor que tramitam no Congresso Nacional. O compromisso foi firmado durante café-da-manhã com o plenário do CFO, na Câmara dos Deputados, em Brasília. Essa notícia ganha mais importância porque, segundo o assessor parlamentar Cid Brügger, a maioria dos projetos está sujeita a arquivamento automático, já que esse ano não seriam mais debatidos em função do calendário eleitoral.

O Jornal do CFO vem acompanhando essa caminhada, e publica nesta edição um resumo dos principais projetos de lei ligados à Odontologia que estão em tramitação. Assim, caro cirurgião-dentista, você fica sabendo das últimas notícias sobre a ação política da classe, podendo, assim, colaborar para a conquista de novos apoios junto à bancada federal de seu estado.

1) PLC 03/02 (PL 3077/00) - Dispõe sobre a obrigatoriedade do atendimento odontológico pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde - SUS - Deputado Ricardo Ferraço (PSDB/ES).

· **Despacho:** CAS

· **Última ação:** 15.04.02 - CAS - aguardando apreciação do parecer favorável do relator, senador Roberto Freire (PPS/PE), com substitutivo.

Nota JCFO: Aprovado na Câmara, o projeto teve seu relator no Senado Federal mudado - o anterior era Tião Viana (PT-AC).

2) PLC 149/01 (PL 3088/00) - Institui o dia 25 de outubro como Dia da Saúde Bu-

cal e dá outras providências - Deputado Ricardo Ferraço (PSDB/ES).

· **Despacho:** CE

· **Última ação:** 09.05.02 - Plenário. Aprovado o projeto. Vai à sanção presidencial.

3) PL 4732/01 - Dispõe sobre a elaboração de tabela de honorários médicos, odontológicos e de outros profissionais como base mínima para contratos com as operadoras de planos de saúde. - Deputado Serafim Venzon (PDT/SC).

· **Despacho:** CSSF - CEICT - CCJR

· **Última ação:** 14.05.02 - CEICT - aguardando parecer do relator, deputado Rubem Medina (PFL/RJ). 13.03.02 - CSSF - aprovado parecer favorável do relator, deputado Rafael Guerra (PSDB/MG), com substitutivo.

Nota JCFO: O deputado Rafael Guerra, considerado um "amigo do CFO", já deu seu parecer favorável. Agora, na CEICT, o contato deve ser feito com o deputado Rubem Medina.

4) PL 5479/01 - Altera o art. 2º da Lei 5081, de 24 de agosto de 1966 e dá outras providências. Estabelecendo que a especialidade da Ortodontia só será permitida ao cirurgião-dentista diplomado que tenha feito curso de especialização. - Deputado Osório Adriano (PFL/DF).

· **Despacho:** CSSF - CTASP - CCJR

· **Última ação:** 02.04.02 - CSSF - aguardando parecer do relator, deputado Jovair Arantes (PSDB/GO).

Nota JCFO: Este foi um dos projetos que esteve na pauta de discussões na reunião do plenário do CFO com a Frente Parlamentar de Saúde.

5) PL 1323/91 (PLC 102/95) - Que "institui a Residência Odontológica, cria a Comissão Nacional de Residência Odontológica e determina outras providências". - Deputado Álvaro Valle (PL/RJ).

· **Despacho:** CCJR - CECD

· **Última ação:** 23.05.00 - Plenário - Leitura e publicação da emenda do Senado, com pareceres da CECD e da CCJR. Pronto para Ordem do Dia.

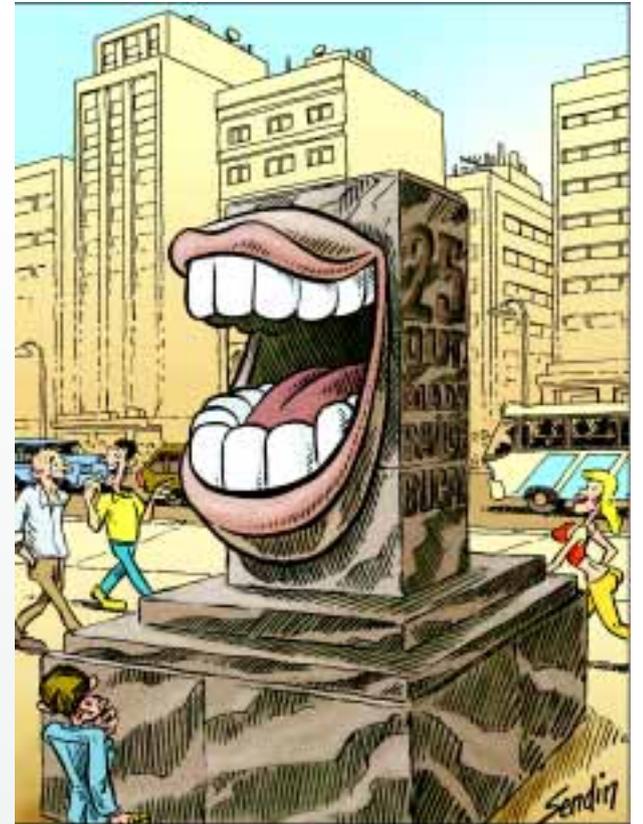
Salário digno

"Formar profissionais da saúde demanda muitos anos de estudo, além de especialização e aprimoramento prolongados. Remunerá-los mal desmotiva-os e não lhes permite atualizar seus estudos". A declaração é do deputado Alceste Almeida (PL-RR), integrante da Frente Parlamentar da Saúde da Câmara Federal, e comprova o nível de consciência com que o Congresso enxerga a importância da Odontologia hoje. O deputado defendeu a aprovação do PL 4.732/01, que "cria a tabe-

la de honorários médico-odontológicos, e de outros profissionais da saúde, como base mínima para contrato com as operadoras de planos de saúde". O projeto, que está tramitando na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), é uma das prioridades da diretoria do CFO. Almeida também discursou a favor do aumento do piso salarial para os CDs, hoje em 600 reais. "Esse valor é incompatível com seu trabalho, um desrespeito muito grande a tão relevante classe", criticou.

Lei cria Dia Nacional de Saúde Bucal

De acordo com a Lei nº 10.465, de autoria do deputado federal Ricardo Ferraço (PPS-ES), o dia 25 de outubro, quando é comemorado o Dia do Cirurgião-Dentista, fica também instituído como o Dia Nacional de Saúde Bucal. Na data, o Ministério da Saúde se compromete, através da lei, publicada no dia 28 de maio no Diário Oficial da União, a promover amplas ações de prevenção e recuperação odontológica, em todo o território nacional. "Como principal porta de entrada para o organismo do ser humano, a dentição bem tratada evita, sobremaneira, o aparecimento de outras doenças, inclusive cardiovasculares", justifica o deputado.



Dois em um

Para a classe odontológica, já acostumada a realizar campanhas educativas, a associação do Dia do Cirurgião-Dentista ao Dia Nacional da Saúde Bucal promete só trazer benefícios, especialmente em anos eleitorais, quando as questões nacionais ganham espaço na opinião pública.

CFO recebe apoio de Frente Parlamentar de Saúde

Em um compromisso firmado com o plenário do Conselho Federal de Odontologia, no dia 15 de maio, 20 deputados da Frente Parlamentar de Saúde prometeram apoiar os projetos que tramitam no Congresso Nacional de interesse do setor. O presidente do CFO, Miguel Nobre, destaca entre os projetos a elaboração de uma tabela mínima de honorários médico-odontológicos para os pla-

nos de saúde e a competência aos Conselhos Regionais de Odontologia para inscrever, cancelar e aplicar penalidades aos inscritos.

Primeiro fiscal da odontologia brasileira

Diante de uma platéia que lotou o auditório na abertura do 2º FISO, em Belo Horizonte, o presidente do CRO-MG, Arnaldo Garrocho, revelou o que poucos sabiam: o padrinho do alferes Tiradentes foi o primeiro fiscal da odontologia brasileira. Segundo o presidente, em 1767 Sebastião Ferreira Leitão "reclamou contra a perseguição que lhe moveu um concorrente que não tinha licença régia nem capacidade para curar, conforme atestaram muitas pessoas."

Ou seja: o desafio da fiscalização profissional em Odontologia é mais antigo que a independência do país, proclamada somente 55 anos depois.

II Fórum do Mercosul

21 de agosto de 2002
Local: Sede do CFO - Distrito Federal: Setor SHC - AO - Sul E.A 2/8 - Lote 5 - Sala 207 - Torre A - Octogonal (Ed. Terraço Shopping)
Horário: 9h às 17h
Roteiro dos trabalhos:
9h: Abertura do Fórum
Vice-presidente do CFO, Ailton Diogo Rodrigues
9h10: Flávio Merega - "Relações diplomáticas com os países membros do bloco Mercosul - aspectos de serviços profissionais
9h40: Maria Helena Atrasas - "Ações

III Congresso Sul Mato-grossense de Odontologia

14 a 17 de agosto de 2002
Campo Grande - MS
Tema Oficial: "Avanços Tecnológicos na Odontologia Atual"
Informações:
(67) 783-3842/782-2471
Fax: (67) 721-1593/721-9960
E-mail: aboms@zaz.com.br

em desenvolvimento nos fóruns internacionais relacionados às atividades dos Conselhos Profissionais"
10h20: Enir Guerra Macêdo de Holanda - "Avanços da gestão exercício profissional em Saúde no Mercosul"
11h: Sadi Assis Ribeiro Filho - "Legislação para imigrantes aplicada aos profissionais liberais no contexto Mercosul - interação com os Conselhos Profissionais"
14h: Experiências e avanços dos Conselhos Profissionais da área de Saúde no Mercosul - relato dos participantes membros dos Conselhos Federais.

12º Congresso Internacional de Odontologia de Goiás

27 de setembro a 1º de outubro de 2002
Goiânia - GO
Tema Oficial: "Odontologia: Ciência, Tecnologia e Realidade Social"
Informações:
(62) 287-1119
Fax: (62) 287-1119
E-mail: abo@abo-go.com.br

Fiscalizando os medicamentos



Presidente Miguel Nobre reunido com técnicos da Anvisa

CFO acerta parceria com Anvisa para fiscalizar venda de medicamentos

O Conselho Federal de Odontologia acertou uma parceria com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para ajudar na fiscalização da venda de medicamentos. A Anvisa pretende criar selos com códigos de barras, contendo informações sobre o fabricante, o lote do medicamento e o médico que prescreveu o remédio. Os selos serão

colados nas receitas médicas e sua distribuição aos profissionais de saúde caberá aos conselhos federais. Ao fazer a venda, as farmácias terão que informar à agência o medicamento, o lote e a quantidade e esta terá todo o controle dos medicamentos em sua base de dados.

A Agência pretende conquistar o apoio também dos conselhos federais de medicina, farmácia e veterinária para esta iniciativa. "A grande vitória foi a Anvisa transferir parte desse controle para os conselhos", comentou o presidente do Conselho Federal de Odontologia, Miguel Nobre, que esteve reunido em maio com técnicos do órgão.

Atualize o seu endereço junto ao CFO

Fala, especialista

Adair Busato, presidente do GBPD

Durante quase 100 anos, acreditou-se que o bom cirurgião-dentista era aquele que extraía ou restaurava o dente de forma rápida e a Odontologia era considerada uma profissão meramente curativa. O presidente do Grupo Brasileiro de Professores de Dentística (GBPD), professor Adair Luiz Stefanello Busato, explica como o surgimento de novos métodos de diagnosticar e prevenir a cárie trouxeram uma nova visão para a Dentística.

Qual a principal mudança vivida pela Odontologia nos últimos anos? Nos modelos tradicionais de Odontologia, considerava-se mais importante a habilidade de fazer que a de evitar. A partir da década de 50, o desenvolvimento da doença cárie passou a ser entendido e, ao contrário do que se pensava, a lesão cariada é lenta, progressiva e evitável. Com esta nova visão da doença, passou-se a tratar da possibilidade de reduzir sua capacidade de instalação e nasceu, então, a prevenção. O surgimento de novas técnicas e materiais consolidou a visão de uma nova Dentística, onde o padrão cirúrgico/restaurador foi substituído pelo de prevenção e preservação.

Nas escolas de Odontologia, como estes novos modelos estão sendo tratados?

Nós professores fomos formados no modelo tradicional e temos que ensinar um novo. Realizar uma reflexão profunda para entender a importância dessa mudança é fundamental. É preciso pensar rapidamente qual Odontologia vamos praticar daqui a 20 anos, já que os profissionais que vão exercê-la estão se formando agora.

Além de ministrar aulas, o sr. também coordena cursos de especialização em Dentística? Coordeno o curso de especialização em Dentística no Hospital das Forças Armadas, em Brasília, onde a proposta pedagógica está adaptada a esta nova realidade. O curso prepara profissionais para diagnosticar e planejar o tratamento, não necessariamente restaurando o dente. A proposta do Hospital das For-

ças Armadas é torná-lo um local de referência de tratamentos e alternativas.

Fale sobre sua experiência como presidente do Grupo Brasileiro de Professores de Dentística? Quando fomos convidados para disputar a presidência do Grupo Brasileiro de Professores de Dentística (GBPD), além de manter a tradição científica, nossa principal preocupação foi a necessidade de colaborar com a construção desta mudança. Eu acredito ser responsabilidade do Grupo a formatação de uma nova forma de atuação. Já na gestão do professor João Carlos Gomes, criou-se um grupo de estudo para discutir um novo currículo. Em Fortaleza, nos dias 10 e 11 de janeiro de 2003, o GBPD continuará a discussão e acredito que já teremos um proposta para apresentar.

Rafael Guerra, deputado federal (PSDB-MG)

Saúde na política

foto: Vanor Correia

Do Executivo ao Legislativo: este é o itinerário da carreira política iniciada há sete anos pelo médico e professor Rafael Guerra. Com a experiência de secretário de Saúde de Minas Gerais (1995-99), quando implantou 800 equipes do PSF em 356 municípios, e promoveu o estágio de alunos de Odontologia no interior do estado, Dr. Rafael se candidatou em 98 para a Câmara dos Deputados. Agora, candidato à reeleição, o deputado mostra que o Guerra de seu nome deve ser associado às lutas mais nobres, como a da Saúde. Ele encerra seu primeiro mandato tendo sido autor ou relator de vários projetos de lei ligados à saúde, especialmente a saúde bucal. Como ele mesmo diz, por uma questão de justiça com a população.

Marcelo Pinto



Ao emitir parecer contrário ao projeto de lei que regulamentaria o dentista prático, o sr. entrou em contato com um dos aspectos mais complexos da Odontologia: a fiscalização profissional. Na sua opinião, como a classe conseguirá superar o problema dos falsos cirurgiões-dentistas? *Creio que me deram a relatoria deste projeto por eu ser médico e professor universitário. E eu não poderia agir diferente, afinal, como regulamentar quem não tem formação para o cargo? Seria o mesmo que regulamentar um charlatão. Meu parecer foi dado com toda convicção. No passado a realidade podia ser outra, mas hoje, com o número de cirurgiões-dentistas e de faculdades de qualidade, e com a obrigatoriedade do atendimento odontológico pelo SUS, como vamos tolerar que uma pessoa despreparada saia atendendo por aí? A nação não pode validar alguém sem preparo, isso é um desrespeito ao paciente. O meu trabalho é para que as punições sejam mais claras para quem é ilegal. Recentemente, participei do 2º FISO, em Belo Horizonte, onde testemunhei o avanço empreendido pelo Conselho Federal de Odontologia nessa área. Acredito que o meu parecer contrário serviu como fundamento para o trabalho do CFO e dos 27 Conselhos Regionais.*

A sua experiência como secretário de Saúde de MG certamente lhe ensinou muito sobre a execução de políticas públicas. Nesse setor, o que falta para a saúde bucal se tornar, definitivamente, uma prioridade em todo o país: vontade política ou pressão dos profissionais?

Acredito que falta um pouco das duas coisas. A vontade política em um país democrático decorre da pressão exercida pela sociedade. Não basta, por exemplo, a vontade do ministro se a sociedade não se envolve, se o Congresso não vota o orçamento. Agora, eu não tenho dúvida de que a Odontologia precisa estar mais presente no SUS. Como a lei da obrigatoriedade já existe, talvez caiba à classe uma maior pressão junto aos governos estaduais e municipais. Embora já seja notável a evolução da Odontologia nesse setor. Hoje, a formação universitária dá mais ênfase à prevenção e à saúde pública. Na minha gestão como secretário, criamos o internato rural, através do projeto "Bem-Te-Vi", onde alunos de todas as faculdades de Odontologia de Minas Gerais ga-

nhavam bolsa para estagiar no interior. Aliás, acredito que a interiorização da saúde no Brasil está avançando. Sou médico e defensor do SUS. Quero ver uma integração maior da Odontologia no SUS.

O que de mais importante o sr. aprendeu neste primeiro mandato legislativo?

A importância do relacionamento democrático. Claro que tem muita gente que está ali por interesse próprio ou corporativo, afinal, a política é um grande espelho da sociedade. É um trabalho difícil, são 513 deputados. O que eu mais sinto é que as discussões se prolongam por muito tempo, sinto que poderia fazer mais. Mas essa impressão talvez venha do coquete de quem sempre teve uma vivência mais executiva. Ainda assim, é possível notar avanços na saúde. Um dos mais importantes veio através da emenda constitucional que vincula um percentual do orçamento da União, estados e municípios para a saúde. (N.R: PEC 1071/99, que regulamenta consórcios intermunicipais de saúde). Antes, certos governos e prefeituras

destinavam ao setor 1,5%. Agora, pela lei, o mínimo deve ser 12%, no estado, e 15%, no município. O gestor, hoje, sabe quanto terá para investir em saúde.

Novamente, o sr. tem uma atuação decisiva em favor da Odontologia, dessa vez dando parecer favorável ao projeto que cria a tabela de honorários para profissionais de saúde, visando os contratos com os planos de saúde.

Os profissionais de saúde têm que ter o direito de elaborar suas tabelas. Este projeto de lei cria esse direito, que não tem nada de corporativo. As entidades de classe poderão elaborar uma tabela que servirá de base para negociação com os planos. Isso vale para cirurgiões-dentistas, médicos, psicólogos, fisioterapeutas e outros. Fiz questão de incluir neste projeto que as tabelas deverão ser referendadas pelo Conselho Nacional de Saúde, que é integrado em 50% por usuários dos sistema de saúde, 25% por prestadores de serviços públicos e 25% pelos demais prestadores, incluindo entidades de classe e operadoras de saúde. Isso vai legitimar a tabela, afinal, o que o usuário quer? Ele quer um bom preço, mas também quer ser bem atendido. E para isso, o profissional precisa ga-

"Acredito que a interiorização da saúde no Brasil está avançando. Quero ver uma integração maior da Odontologia no SUS."

Um corpo, dois ofícios, uma epopéia

Alceste Almeida
deputado federal
(PL-RR)

Médico que sou, há mais de 32 anos no exercício da atividade cirúrgica, sou do tempo em que as faculdades formavam médicos generalistas e, embora especializado em ginecologia fui logo para o interior, onde tive de exercer *tudo* – nunca deixei de considerar o importante trabalho desempenhado pelos coirmãos de ofício, os cirurgiões-dentistas.

Nunca vi como dissociar a medicina da odontologia e por diversas vezes indaguei, em vários pronunciamentos que fiz na Câmara Federal ao longo de três mandatos como deputado: *o que é a odontologia se não uma medicina bucal?*

No entanto, em que pese a real correlação de ofícios, o Serviço Público do nosso país não vem tendo a mesma ótica que tenho – pelo menos no que diz respeito à equiparação remuneratória, carga horária de trabalho, piso salarial e outros direitos que não deveriam ser diferentes dos que nós, como médicos, usufruímos.

Ganhos, a classe odontológica vêm obtendo nos últimos anos: a duplicidade contratual por órgãos públicos foi a mais recente, decorrente de uma verdadeira epopéia que fizemos no Congresso, somada ao trabalho da classe que se investiu de enorme e imprescindível *lobismo*, fazendo-se constantemente presente nas duas Casas Legislativas Federais sem o qual, o êxito, por certo, não se alcançaria.

O Projeto de Lei nº 4732/01 que objetiva melhoria remuneratória nas tabelas

dos planos de saúde, conta, mais uma vez, com o benfazejo sopro *lobista* do Conselho Federal de Odontologia.

Felizmente, esse impulso vem sendo promovido pelo seu presidente, Dr. Miguel Nobre e pelo seu vice, Dr. Ailton Rodrigues, experientes líderes que têm encetado ações no Congresso Nacional (como ocorreu no dia 15 de maio do corrente, em reunião promovida junto à Comissão de Saúde da Câmara Federal) e que tem contado com a receptividade dos parlamentares. Isso, sem contar ainda as inúmeras investidas nos corredores e nos gabinetes de ambas as Casas Legislativas do Congresso Nacional, promovidas por esses respaldados representantes e por outros, da classe, que não têm sido em vão.

O aumento do piso salarial da classe odontológica é assunto dos mais importantes a uma compatibilização remuneratória mais digna que promoverá estímulo aos cirurgiões-dentistas e, acima de tudo, justiça. Por essas razões, solidarizo-me com os cirurgiões-dentistas do Brasil, conclamando o Conselho Federal de Medicina – já que o Projeto de Lei 4732/01 é comum a ambas as classes – a que venha somar nessas reivindicações, dando mais sinergismo a essa nobre causa, que é, também, a bem do povo e do país.

**“O projeto que
visa melhoria
remuneratória nas
tabelas dos planos
de saúde conta com
o benfazejo sopro
lobista do CFO”**

vindicando, dando mais sinergismo a essa nobre causa, que é, também, a bem do povo e do país.

**FALE COM O DEPUTADO
FEDERAL, INTEGRANTE
DA FRENTE PARLAMENTAR
DA SAÚDE**
dep.alcestealmeida@camara.gov.br

Odontologia brasileira a serviço de todos

ABO (Associação Brasileira de Odontologia)
Tel/Fax: (51) 3332-7492
E-mail: abon.voy@zaz.com.br/
Site: www.abonac.org.br

Abeno (Associação Brasileira de Ensino Odontológico) Tel/Fax: (31) 3232-9286
E-mail: abeno@abeno.br
Site: www.abeno.org.br

AcBO (Academia Brasileira de Odontologia) Tel/Fax: (21) 2547-8266
E-mail: pgbrigagao@netrio.com.br
Site: www.acbo.org.br

CFO (Conselho Federal de Odontologia)
Tel (21) 262-0419 - Fax (21) 533-6703
E-mail: cfo@cfo.org.br/
Site: www.cfo.org.br

FIO (Federação Interestadual dos Odontologistas): Tel (62) 285-4619
Fax (62) 285-4824
E-mail: soego@zaz.com.br
Site: www.fio.org.br

FNO (Federação Nacional dos Odontologistas): Tel (21) 2233-5879
Fax (21) 2263-6635
E-mail: fno@arras.com.br

ENDEREÇOS DOS CROS

CRO - Acre

Pres.: Cleber Ronald I. dos Santos
Travessa Amapá, 54 - Cerâmica
69900-270 - Rio Branco - AC
Tel/Fax: (68) 224-7976
E-mail: croac@uol.com.br

CRO - Alagoas

Pres.: Carlos Roberto C. de Meneses
Av. Cid Scala, 251 - Poço
57025-620 - Maceió - AL
Tel/Fax: (82) 223-5125/223-5295
E-mail: croal@oops.com.br

CRO - Amapá

Pres.: Francisco Miccione Filho
Av. Mendonça Júnior, 2236 - Santa Rita
68900-020 - Macapá - AP
Tel/Fax: (96) 223-2443/223-9399
E-mail: croap_croap@uol.com.br

CRO - Amazonas

Pres.: Ericson Leão Bezerra
Rua Silva Ramos, 71 - Centro
69010-180 - Manaus - AM
Tel/Fax: (92) 234-1380/233-6348
E-mail: croam@internext.com.br

CRO - Bahia

Pres.: Edmilson Sant'anna Moura
Rua Basílio da Gama, 03 - Canela
40110-040 - Salvador - BA
Tel: Tel. (71) 338-1300 Fax (71) 338-1309
E-mail: croba@croba.org.br

CRO - Ceará

Pres.: Moacir Tavares Martins Filho
Rua Israel Bezerra, 874 - Dionízio Torres
60135-460 - Fortaleza - CE
Tel/Fax: (85) 258-0530
E-mail: cro-ce@mcanet.com.br

CRO - Distrito Federal

Pres.: Orlando Ayrton de Toledo
SCN-Qd. 01 Bl. E - Ed. Central Park, 20º
70710 - 500 - Brasília - DF
Tel: (61) 327-1888/327-1983 Fax: (61) 327-3303
E-mail: cro-df@cro-df.org.br

CRO - Espírito Santo

Pres.: Laércio Villela Barros
Av. Leitão da Silva, 1375 - Conj. 402
29045-201 - Vitória - ES
Tel: (27) 3325-2002 Fax: (27) 3200-3616
E-mail: croes@croes.org.br

CRO - Goiás

Pres.: Henrique Cesar M. de Oliveira
Av. T 2 - eq. c/ T-49, 1381 - Qd 49 Lt 12
Setor Bueno - 74210-010 - Goiânia - GO
Tel: (62) 545-7500/545-7501
Fax: 545-7522 - E-mail: crogo@crogo.org.br

CRO - Maranhão

Pres.: Ataíde Mendes Aires
Rua Um, 628 - São Francisco
65076-320 - São Luís - MA
Tel/Fax: (98) 227-1920/227-4556

CRO - Mato Grosso

Pres.: José Armando C. Júnior
Rua Dr. Otávio da Cunha, 32 - Goiabeira
78020-520-Cuiabá-MT/Fax: (65) 321-1059
E-mail: cromt@zaz.com.br

CRO - Mato Grosso do Sul

Pres.: Anísio Lima da Silva
Rua Prof. Severino Ramos de Queiróz, 743
Monte Líbano - 79004-250 - C. Grande - MS
Tel: (67) 321-0149 Fax: (67) 321-0187
E-mail: croms@zaz.com.br

CRO - Minas Gerais

Pres.: Arnaldo de Almeida Garrocho
Av. do Contorno, 7556 - Lourdes
30110-120 - Belo Horizonte - MG
Tel/Fax: (31) 3291-8787/0480/5528/
0418/4611/0397/0870/0589
E-mail: cromg@romg.org.br

CRO - Pará

Pres.: Paulo Sérgio C. Corrêa
Rua Alcindo Cacela, 1277 - Nazaré
66060-000 - Belém - PA
Tel/Fax: (91) 246-4161/246-4421
E-mail: cro-pa@amazon.com.br

CRO - Paraíba

Pres.: Alcione Maracajá de Moraes Beltrão
Av. João Machado, 894
58013-520 - João Pessoa - PB
Tel: (83) 221-5733 Fax: (83) 221-4070
E-mail: cropb@openline.com.br

CRO - Paraná

Pres.: Wagner João Carreira
Rua da Paz, 260 - Alto da XV
80060-160 - Curitiba - PR
Tel: (41) 223-3221 - Fax: (41) 362-2254
E-mail: cropr@fast.com.br

CRO - Pernambuco

Pres.: José Thadeu Pinheiro
Av. Norte, 2930 - Rosarinho
52041-080 - Recife - PE
Tel/Fax: (81) 3241-2752/6133/6995
E-mail: cro-pe@cro-pe.org.br

CRO - Piauí

Pres.: Lucimar de Sousa Leal
Rua Desembargador Freitas, 1571 -
Centro - 64000-240 - Teresina - PI
Tel: (86) 222-8817 Fax: (86) 223-5201
E-mail: cropi@triade.com.br

CRO - Rio Grande do Norte

Pres.: Maria da Conceição P. P. Solano
Rua Cônego Leão Fernandes, 619 -
Petrópolis - 59020-060 - Natal - RN
Tel/Fax: (84) 211-1948/222-4657
E-mail: cro-rn@digi.com.br

CRO - Rio Grande do Sul

Pres.: Ben Hur Godolphim
Rua Vasco da Gama, 90420-111 -
Porto Alegre - RS
Tel: (51) 3332-9299 Fax: (51) 3330-6688
E-mail: croes@zaz.com.br

CRO - Rio de Janeiro

Pres.: Outair Bastazini
Rua Araújo Porto Alegre, 70 - 5º andar
20030-010 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
Tel: (21) 2533-7173 Fax: (21) 2220-3775
E-mail: atendimento@cro-rj.org.br

CRO - Rondônia

Pres.: Milton Jorge Foroni
Av. Duque de Caxias, 508 - Caiari
78900-040 - Porto Velho - RO
Tel: (69) 221-1813 Fax: 223-2601
E-mail: cro-ro@enter-net.com.br

CRO - Roraima

Pres.: Maria Livoni B. de Oliveira
Rua Souza Júnior, 49 - São Francisco
69305-040 - Boa Vista - RR
Tel/Fax: (95) 224-7288
E-mail: cro-ro@cro-ro.org.br

CRO - Santa Catarina

Pres.: Cláudio Barbosa Fontes
Rua Trajano, 279 - s/401
88010-010 - Florianópolis - SC
Tel: (48) 222-4185 Fax: (48) 222-2111
E-mail: crosc@crosc.org.br

CRO - São Paulo

Pres.: Emil Adib Razuk
Av. Paulista, 688 - térreo - lj 02
01310-909 - São Paulo - SP
Tel: (11) 289-0277/289-0834
Fax: (11) 289-3774
E-mail: crosp@crosp.org.br

CRO - Sergipe

Pres.: Augusto Ribeiro Tadeu Santana
Rua Vila Cristina, 589
49015-000 - Aracaju - SE
Tel: (79) 214-3404 Fax: (79) 211-7212
E-mail: crose@infonete.com.br

CRO - Tocantins

Pres.: Ismar de Macêdo Lima
ACSV-SE 13 - Av. LO3 - Lote 6 - Loja 2
77123-520 - Palmas - TO
Tel/Fax (63) 213-1395/213-1896



Av. Nilo Peçanha,
50 - Grupo 2316
CEP 20044-900
Rio de Janeiro/ RJ

Jornal do Conselho
Federal de Odontologia · Ano 10
Nº 48 · Maio-Junho de 2002
Edição nacional 234 mil exemplares

IMPRESSO ESPECIAL
CONTRATO
Nº 050200293-0
ECT/DR/RJ
CONSELHO FEDERAL
DE ODONTOLOGIA

